

MOUSEION

Canoas, n. 41, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/mouseion.v0i41.9417>**A Polissemia do Moderno na Produção do Espaço do Bairro da Prata em Campina Grande-PB: Revisando a evolução urbana**Lizia Agra Villarim¹

Resumo: O termo moderno é uma noção que se aplica a distintos contextos, como para a identificação de um estilo de dada produção arquitetônica e ações e posturas que denotam a passagem do tempo com intuitiva relação ao sentido de superação ou avanço. Os mecanismos socioculturais que conformam suas noções são invisíveis, mas seus reflexos são facilmente perceptíveis na cidade, inclusive nas políticas públicas e no espaço urbano. Objetivando, então, compreender essa variedade de definições para um dado contexto urbano, recorreremos a uma investigação sobre as mediações entre campos disciplinares, como a economia política, a filosofia, a sociologia e o urbanismo, para compreender as práticas sociais que estabelecem tais noções. O interesse deve-se ao insistente uso do termo moderno para caracterizar processos de urbanização que, numa visão holística, conformam uma das camadas que se relacionam na definição de uma cidade ou trecho urbano como momentos. O intuito desta análise deve-se à irônica controvérsia do termo na produção do espaço do bairro da Prata, localizado em Campina Grande, Paraíba. Trata-se de uma área de expansão que coincide com a modernização da estrutura organizacional nacional e local, também sendo o intervalo de tempo em que o movimento arquitetônico moderno atingiu seu apogeu.

Palavras-chave: Modernismo; Modernidade; História Urbana; Preservação Patrimonial.

The Polysemy of the Modern in the Production of the Bairro da Prata in Campina Grande-PB: Reviewing urban evolution

Abstract: The term modern is a notion that applies to different contexts, such as the identification of a style of architecture and actions and postures that denote the passage of time with an intuitive relationship to the sense of advancing. The sociocultural mechanisms that shape their notions are invisible, but their reflections are easily perceptible in the city, including in public policies and in the urban space. Aiming, then, to understand this variety of definitions for an urban context, we resorted to an investigation on the mediations between disciplinary fields to understand the social practices that establish such notions. The interest is due to the insistent use of the term modern to characterize urbanization processes that, in a holistic view, make up one of the layers that are related in the definition of an urban area. The purpose of this analysis is due to the ironic controversy of the term in the production of space in the neighborhood of Prata, located in Campina Grande. It is an area of expansion that coincides with the modernization of the national and local organizational structure, also being the period in which the modern architectural movement reached its peak.

Keywords: Modernism; Modernity; Urban History; Heritage Preservation.

1 Arquiteta e Urbanista, mestre e doutoranda em Desenvolvimento Urbano (MDU- UFPE). E-mail: <liziaagra@gmail.com>

Introdução

O termo moderno é uma noção que se aplica a distintos contextos, como para a identificação de um estilo de determinada produção arquitetônica e ações e posturas que denotam a passagem do tempo com intuitiva relação ao sentido de superação ou avanço. Trata-se de um termo polissêmico cuja variedade de acepções requer, em alguns casos, uma abordagem multidisciplinar que possibilite compreender as articulações que estabelecem a conceituação em cada contexto em que é aplicado, já que definiu-se mediante uma convenção social que varia entre os grupos e no tempo. Sendo estas citadas articulações oriundas de práticas sociais formadas por grupos distintos, e que podem ter dimensão física, como exemplificado pelos edifícios modernistas e tecnologias, ou imaterial, como uma antônima representação de obsolescência sendo associada à bens e mercadorias.

Os mecanismos socioculturais que conformam as noções de moderno no tempo são invisíveis, podendo partir das mediações sociais, culturais, políticas e/ou econômicas, mas seus reflexos são facilmente perceptíveis na cidade, inclusive nas políticas públicas e no espaço urbano. Tais acepções conformam representações que orquestram transformações ou atualizações de práticas sociais, onde estas podem ser atributos materiais e imateriais da cidade. Um dos principais indicadores na conformação destas é o capitalismo, cujas articulações também fazem questionar a definição de espaço-tempo e, cada vez mais, mudam em um ritmo ditado pelas demandas dos ciclos de acumulação. Esta associação, como veremos no tópico a seguir, decorre da participação do regime econômico na reestruturação da funcionalidade social de cidades, o que leva a rupturas, marcando etapas do desenvolvimento humano e urbano.

Para o caso do espaço urbano, as distintas conotações do termo moderno, são conformadas por práticas sociais reais, isto é, que geram formas e modelos espaciais que nos permitem discutir e entender as mudanças guiadas e influenciadas por tais convenções. Posto que, como exemplificado, o moderno pode ser representado por produtos, como uma tipologia arquitetônica, e, também, expressar-se como produtor de práticas, guiando posturas de intervenção e planificação urbana. Em outras palavras, o termo moderno pode ser tratado como uma chave temática para compreensão das associações simbólicas e materiais que definem as representações e mudanças em determinado contexto urbano ao longo do tempo, já que são especializadas.

“A cada etapa do seu desenvolvimento, a sociedade remaneja suas lembranças de forma a adequá-las às condições do momento do seu funcionamento” (LEPETIT, 2001, p. 149). Essas “lembranças” são os sentidos ou práticas - podendo também ser representações - que são adaptadas para a coerência com as relações sociais ocorrendo em ritmo ditado pelas concepções de tempo e espaço. Daí a importância de discutir o termo moderno aplicado ao espaço urbano, que pela sua característica de movimento, gera a efemeridade das relações sociais que impactam na continuidade das estruturas físicas e ativa da cidade. Isso porque são baseadas em consensos e valores, e esses, por sua vez, não são fixos. Outro aspecto desse processo é a possibilidade de observarmos as distintas condutas de produção do espaço, que conforme ideais, em muitos casos, ditados pelo entendimento de moderno. Sendo assim, podemos questionar a estaticidade das estruturas espaciais de acordo com diferentes noções ou práticas associadas ao termo moderno.

Objetivando, então, compreender essa variedade de definições para um dado contexto urbano, recorreremos a uma investigação sobre as mediações entre campos disciplinares, como a economia política,

a filosofia, a sociologia e o urbanismo, para compreender as práticas sociais que estabelecem tais noções. O interesse deve-se ao insistente uso do termo moderno para caracterizar processos de urbanização que, numa visão holística, conformam uma das camadas que se relacionam na definição de uma cidade ou trecho urbano como momentos - ou seja, aqui a cidade é entendida como fato histórico. Não se trata, então, de uma conceituação única, formada pelo entendimento de um ponto de vista em um dado momento, mas de um processo que necessita ser articulado à compreensão de múltiplas partes desta construção, o que pode ter ocorrido em outras temporalidades e sob razões diversas. Assim, discutimos sobre como a busca por modernização do espaço urbano muda, tendendo a rupturas que questionam a validade de espacialidades igualmente moldadas por intenções modernizantes. Com isso, intentamos questionar a sobreposição de ações, ocorridas em temporalidades distintas, com a mesma nomenclatura, o moderno.

Essa postura de abordagem pode, então, nos ajudar a compreender o sentido de modernização para um dado contexto empírico, e, assim, identificarmos as práticas sociais hegemônicas. Sendo quais os significados do termo para uma porção urbana e quem é ou quais são as práticas e agentes responsáveis pelas suas definições. O intuito desta análise deve-se à irônica controvérsia do termo na produção do espaço do bairro da Prata, localizado em Campina Grande, Paraíba. Trata-se de uma área de expansão que coincide com a modernização da estrutura organizacional nacional e local, também sendo o intervalo de tempo em que o movimento arquitetônico moderno atingiu seu apogeu. No caso da sua evolução urbana, contudo, apontamos práticas que são constantemente atualizadas sob a justificativa de atender a demandas sociais ditadas por relações mercadológicas contemporâneas, gerando posturas espaciais quase excludentes, sendo um problema para a conservação patrimonial.

Para o estudo, partimos do consenso da cidade como um objeto complexo, conformado por sucessivos processos de urbanização que apresentam determinações distintas segundo as tensões, valores, interesses e energias dos grupos sociais. Entendemos, então, que “em todas as sociedades, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações” (MARX, 2011, p. 59). Isso quer dizer que, para entendermos a produção do espaço, devemos buscar reconhecer a totalidade em que se insere, identificando as particularidades, as singularidades e as mediações universais, o que demanda abordar outras atividades e setores produtivos que impactam e/ou que possuem nexos. Consequentemente, assimilamos que as relações sociais, que definem os sentidos da conformação da malha urbana, têm origem, muitas vezes, em mediações que ultrapassam a delimitação geográfica estabelecida pela municipalização, em função de associações mantidas com agentes e núcleos externos. Além disso, podem ser de ordem distinta do campo urbanístico.

Assim, para abordarmos as conotações de moderno no fenômeno urbano, procedemos uma análise dialética, considerando a porção urbana como fato histórico com extensas articulações geográficas e disciplinares. Um esforço que não pretendeu esgotar o debate sobre o tema, mas enunciar as possibilidades urbanas de um termo polissêmico, que é tratado como uma representação ou um discurso, formado por variáveis oriundas de distintos regimes urbanos que mudam no tempo.

O artigo está dividido em duas partes, a primeira apresenta uma sucinta revisão da literatura sobre moderno e modernidade, identificando interseções na abordagem de autores de distintos campos disciplinares. Para isso, também procedemos com o desenvolvimento de linhas do tempo, já que nosso

objetivo é, além de fundamentar a análise, comparar com a evolução urbana do bairro da Prata, possibilitando uma abordagem dialética da porção enquanto trecho urbano e agrupamento social. Na sequência, na segunda parte, apresentamos a produção histórica do objeto empírico apontando as contradições e suas origens, sejam decorrentes de práticas sociais locais (escala da cidade de Campina Grande), como também da inserção metropolitana da cidade e das interações com a ordem global, especialmente aquelas relativas às tensões dos regimes de acumulação. Ao final, tecemos alguns comentários, de modo que o assunto não se encerre com esse ensaio.

E, então, o que é moderno ou ser moderno?

Na análise questionamos as noções que fundamentam o moderno na produção do espaço, investigação que buscamos aportes em diferentes campos, promovendo uma interface interdisciplinar. Nosso ponto de partida são as concepções associadas ao termo nos dicionários da língua portuguesa, porque reconhecemos que tratam de definições comuns à sociedade, ou inserida nas relações sociais. Estas, por sua vez, geram práticas que atuam na produção do espaço, ou têm repercussão em termos de espacialidades, daí o motivo da sua importância na sequência analítica.

Nessa consulta exploratória aos principais dicionários nacionais, encontramos que a lexicografia do termo moderno está associada à temporalidade, contemporaneidade, passagem do tempo e a progresso ou desenvolvimento. Noções que podem ser entendidas como processo contínuo, ou seja, ao adjetivar determinada situação, elemento ou postura como moderno não há a garantia de permanência do predicativo. Isso também nos faz perceber que moderno é um termo ou uma condição que necessita de uma validação ou consenso social sobre o dado estado. E que, mesmo nesses casos, os referenciais para mensurar não são fixos, mas partem de critérios ou indícios definidos pelas relações sociais num mesmo intervalo de tempo.

O fato de referirem ações ou condição efêmera, cujo entendimento carece sempre de uma contextualização histórica, pode ser justificado por outras acepções encontradas para o termo em dicionários da língua portuguesa dos séculos XVII e início do XVIII (BLUTEAU, 1712-1728; SILVA, BLUTEAU, 1789; PINTO, 1832) pois nesses, a palavra “moderno”, não era associada a efemeridade temporal. Embora incluísse conotações como “modernice, modificação e modificar”, o entendimento era relacionado a forma como determinada prática era realizada, ou seja, um “modo”². Uma abordagem etimológica nos indica, então, que o termo moderno deriva das palavras em latim “*modernus*”, que expressava o entendimento de “atual ou pertencente aos nossos dias”, “*modo*” e “*modus*”, que significavam, respectivamente, “agora, de certa maneira” e “medida, maneira”. O que já nos indica o curioso aspecto que a noção se alterou a

2 O levantamento do termo em dicionários da língua portuguesa teve como enfoque aqueles mais comuns ao cotidiano nacional, tais como Ferreira (2010), Houaiss (2008) e Michaelis (2021), em decorrência da sua forte influência nas relações sociais atuais, sendo os títulos mais consultados. Também fez parte desta pesquisa a busca pelo termo no arquivo da Biblioteca Brasileira “Guita e José Mindlin”, na USP. Visto que também nos interessa o modo como a noção foi formulada e como pode ter sido condicionada por práticas pretéritas. Desta podemos destacar a conotação citada no texto de Pinto (1832), onde moderno significava: “moçoquinho, moçuaquim, mocujê, moda, modelar, modelo, moderadamente, moderação, moderado, moderar, moderador, moderável, modernice, moderno, modestamente, modéstia, modesto, modicamente, modicar, módico, modificação, modificar, modilhão, modio, modo, modorra, modorrento, modulação”.

partir da incorporação da dimensão temporal (e da sua não estaticidade) nas relações sociais e práticas de produção, que passaram a ser norteadas - ou moldadas ou feitas de determinado modo - pela dualidade entre continuidade e superação.

Não sem razão, ao consultarmos os campos da filosofia e sociologia quanto à conceituação de moderno, também nos deparamos com a noção de efemeridade, concepção relacionada a ação(ões) ou postura(s) de contínua absorção de práticas e representações recentes/contemporâneas, onde o requisito para o moderno (ou ser moderno) é ser novo ou atualizado. Essa noção de transitoriedade é expressa em fases, onde sua caracterização tem ritmos diferentes, ao adicionar uma variedade de práticas que, ao longo do tempo, tendem a se ampliar e renovar-se.

O sociólogo Bauman (2001, p. 13) afirma que a modernidade é uma característica eminente da sociedade atual, que se associou e se redefiniu com a adição de práticas tecnológicas. Além de responder à dinâmica social e aos modos de consumo, que refletem diretamente nas relações sociais. As múltiplas possibilidades são viabilizadas pela dissociação do espaço com o tempo, segundo o autor, que tornam as ações de construção do espaço, por exemplo, suscetíveis a interações ou tensões de localidades e sociedades distintas e longínquas. Pois a relação entre indivíduos e destes com o espaço também se concretiza (ou é possível) de forma virtual, pela tecnologia.

Concomitante com esse pensamento, na filosofia também identificamos pesquisadores que defendem a natureza efêmera da noção de modernidade. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, é com essa célebre frase que o filósofo marxista Berman (1987) conceitua a modernidade como um “conjunto de experiências” dinâmicas, que tem um ritmo “radical” de transformação. Sua abordagem nos concede uma periodicidade do entendimento de moderno que destaca a continuidade e mudança de práticas e associações acerca dele, o que permite “(...) uma rica história e uma variedade de tradições próprias”, mas também ressalta a influência do capitalismo na construção da ordem social e na definição de sua natureza dinâmica (*op.cit*, p. 15).

Nessa construção conceitual, o autor divide a modernidade em três fases e mostra que “(...) uma variedade de escritores de diferentes lugares e épocas (...) enfrentaram e tentaram lidar com essa sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” (HARVEY, 2016, p. 21). A primeira se inicia no século XVI, quando “(...) as pessoas estão apenas começando a experimentar a vida moderna”, e vai até o século XVIII (BERMAN, 1987, p. 16). Por essa razão estavam num estado de “semicegueira”, quando iniciaram as buscas para tentar nomear o contexto em que vivem, mas possuem “pouco ou nenhum senso de um público ou comunidade moderna”. Já a segunda fase, começa em função de uma ruptura no pensamento social, que coincide com a formação de um regime político que fundamenta a divisão entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, e espelha a formação do Estado de vários países. Também correspondendo com a ascensão de uma burguesia que começou a se formar na Europa dos séculos anteriores. O marco dessa fase é, então, a Revolução Francesa, que leva as sociedades a viver uma “era revolucionária” e, ao mesmo tempo, dicotômica, pois “(...) o público moderno do século XIX ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro” (*op.cit*, p. 16). Sendo um momento de transição, onde hábitos e costumes começam a ser modificados, o que repercute na arte, na literatura, na arquitetura e nas cidades. Também como um sinal da incorporação de

novas soluções técnicas e científicas, entre as quais estão as que regulam a produção de bens, estruturando as bases para a Revolução Industrial, que vai marcar a próxima fase da modernidade.

Pode-se ter uma idéia da complexidade e riqueza do modernismo no século XIX, assim como das unidades que alimentam sua multiplicidade, prestando atenção a duas vozes mais distintas: Nietzsche, que é geralmente aceito como fonte de muitos modernismos do nosso tempo, e Marx, que é comumente associado a qualquer modernismo (*op.cit*, p. 18).

O caso da influência de Nietzsche destaca o questionamento quanto ao Iluminismo, no que se refere à sua “(...) essência eterna e imutável da natureza humana” (HARVEY, 2016, p. 27) no controle da conduta social, de forma que a ironia, a ausência de valores e a abundância de oportunidades são decorrentes do rompimento com tais dogmas. Já no caso de Karl Marx, cita o Manifesto do Partido Comunista (1848) e o destaque para a alienação dos indivíduos quanto à estrutura econômica, o que leva ao questionamento das relações sociais ditadas pela hierarquia social possibilitada e estruturada pelas relações capitalistas, quase uma aproximação crítica com a postura de espoliação dos trabalhadores pelos senhores feudais entre a Idade Média e o Renascimento. Essa insistência de questionar os valores da sociedade nas “duas vozes” decorre, segundo Bernam (1987, p. 22), da necessidade de criar novos valores, da postura questionadora dos pensadores sobre as modificações provenientes da modernidade.

A terceira fase dá-se, então, com a Revolução Industrial, onde as cidades expandem as suas articulações ao somarem as possibilidades do capital industrial com as novidades tecnológicas, promovendo uma transformação das relações de escalas geográficas para conexões virtuais, ou uma geografia flexível. Por essa razão, Bernam (1987, p. 16) afirma que “(...) o processo de modernização se expande a ponto de abraçar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos na arte e no pensamento”.

O autor também faz uma análise comparativa das últimas fases que estabeleceu, e identifica uma aceitação passiva da modernidade na terceira, diferente da postura questionadora que os pensadores do século XIX tinham quanto à modernidade e suas conseqüentes transformações. Além disso, destaca, por meio de indagações, representações sobre a terceira fase que nos indicam uma mudança da noção de moderno. A variação seria quanto às práticas usadas para expressar o moderno, cujo referencial de transformação que usou foram as relações e conexões sociais. Dando a ideia de que, na segunda fase, a modernidade aconteceu de forma sistêmica e na terceira começou o seu aspecto fragmentado, já citado antes. Assim, se em princípio o que marcou o surgimento da modernidade foi a adição das práticas modernas ao cotidiano de forma implícita, ou como modificações próprias do curso da vida social - ou seja, que não eram um objetivo, mas aconteceram como uma sucessão pelo surgimento de tecnologias que redefiniram hábitos- nesta última fase há uma incessante tendência em buscar incorporar a modernidade, mesmo que ela não reflita a demanda social e que seja viabilizada a partir da *tabula rasa*. O que podemos entender como uma atualização do termo moderno pelo desgaste de determinadas práticas usadas como referencial e não por sua superação, como na segunda fase. Enfraquecimento que, muitas vezes, acontece como representação social, ou no campo imagético, mas que gera uma urgência de materializar-se. O que promove no espaço urbano intensas modificações na busca pela modernização. Sendo, também, influência dos ciclos de acumulação capitalista que geram crises, demandando revisões e mudanças nos hábitos de consumo e, conseqüentemente, produção.

Enquanto isso, cientistas sociais, constrangidos pelos ataques a seus modelos tecnopastorais, abdicaram de sua tentativa de construir uma modelo eventualmente mais verdadeiro para a vida moderna. Em vez disso, retalharam a modernidade em uma série de componentes isolados - industrialização, construção, urbanização, desenvolvimento de mercados, formação de elites - e resistem a qualquer tentativa de integrá-los a tudo (BERMAN, 1987, p. 32).

Uma consequência desse processo de fragmentação de linguagens e caminhos da terceira fase, que se soma a absorção acrítica da modernidade, é a de que o contexto atual perdeu o contato com as práticas que originaram o moderno, levando a uma indiferença e distanciamento (*op.cit*). A sensação de angústia vivida na fase anterior com o rompimento de tradições, se esgota, inclusive levando a destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais na incessante busca por novas experiências, pela renovação de práticas. O que é, ainda, reflexo de hábitos hierarquizantes, impulsionados pela busca constante do aumento dos lucros.

O autor também nos leva a perceber que a mudança de fases na modernidade não ocorre por uma ruptura completa, já que algumas determinações se mantêm de uma etapa para outra. Além disso, as transformações não procedem no mesmo ritmo em todos os lugares, o que, novamente, justificaria a ocorrência de duas aceções simultaneamente. Neste caso, tentando identificar o que leva o moderno a ter diferentes noções no tempo, representamos graficamente as fases citadas, sistematizando e destacando práticas representativas que configuram/caracterizam as conotações e sua periodicidade. Tendo, contudo, o cuidado de destacar os momentos de fusão ou transição.

Imagem 1. Representação das fases da Modernidade segundo a abordagem de Berman (1987).



Fonte: autora, 2021.

Tais colocações nos levam a concluir que moderno é um termo polissêmico, pois admite distintos significados que são construídos por práticas que variam quanto ao contexto espacial e/ou temporal e, ainda, segundo o grupo que as formula. Neste caso seu entendimento só é possível se o considerarmos como um fato histórico, compreendendo-o para um dado intervalo de tempo e espaço e em um conjunto de articulações sociais. Assim, mediante um aprofundamento da nossa abordagem teórica e conceitual, na busca por relacionar definições e contextos temporais, torna-se indispensável discutir sobre esse conjunto de práticas que define e caracteriza as fases da modernidade, ou a variação de noções que a definem no tempo.

Para, então, refletirmos quanto à sua aplicação na produção do espaço urbano, nosso objetivo no presente artigo, é conveniente trazermos o conceito de urbanização, aproximação que nos permite relacionar mudanças sociais à materialização espacial. Pois trata-se do conjunto de práticas oriundas das relações sociais de parte da população que resulta em comportamentos, relações de produção e formas urbanas. A referência à conceitualização é conveniente, pois permite-nos compreender que as fases da modernidade antes descritas correspondem a distintos processos de urbanização. Ou seja, a incorporação do moderno nas relações sociais produz/gera urbanizações que variam no tempo e/ou no espaço. Essa possibilidade pode ser associada ao fato de que a modernidade pode ser “(...) concebida em inúmeros e fragmentários caminhos”, que tanto a fazem perder a sua “nitidez” quanto a força de influência na vida social (BERMAN, 1987, p. 17). O que entendemos como sendo os momentos de mudança em seu sentido, ou quando a modernidade passa a corresponder a novas práticas - práticas, ironicamente, mais modernas.

No caso da cidade, quanto à produção do espaço, isso ocorreria através da adoção de diferentes posturas, sendo construção, demolição, modificação, etc, de uma porção urbana. Especialmente pela incorporação, como apontou Harvey (2016) da “destruição criativa”. Essa faculdade também pode ser considerada uma forma de expressão da modernidade, já que a mesma também coincide com a oferta e adoção de novos meios e mecanismos de diferenciação e atualização das práticas. O que pode encorajar a valorização econômica de bens e sua realização no mercado (o que ocorre pela efetivação/conclusão do processo de compra). Além disso, como seu surgimento está associado à mudança na ordem social, ao serem definidos os fatores de hierarquização dos indivíduos e grupos, a atualização ou atualidade de produtos e serviços consumidos também faz parte desse conjunto de condições. O que resulta no aprofundamento da complexidade social e no surgimento ou modificação de espacialidades ou paisagens para atender essa mudança da estrutura social.

No campo do urbanismo encontramos compatibilidade com as afirmações de Ascher (2010, p.23), que estabelece uma periodicidade das práticas sociais urbanas segundo a modernização, que define como “(...) um processo de transformação da sociedade”. A divisão em fases ocorre segundo a combinação de “três dinâmicas socioantropológicas”: “a individualização, a racionalização e a diferenciação social”. A primeira diz respeito a mudança entre a definição estrutural do indivíduo, que era feita sempre em grupo e passa a ser individual, ou seja, a afirmação da individualidade se destaca como objetivo social e torna-se a lógica das relações. Já a “racionalização”, trata do movimento de questionar os dogmas, quando a razão se desassocia da religião e cessam as grandes certezas. Daí surge a busca por conhecimento, a utilização e referência do aparato científico e técnico oriundo de estudos. Por fim, a “diferenciação social”, que nos parece uma combinação das dinâmicas anteriores, sendo a “(...) diversificação das funções dos grupos e indivíduos de uma mesma sociedade”. Esta, oriunda da “dinâmica da economia de mercado”, “produz a diversidade e desigualdades entre grupos e gera uma sociedade cada vez mais complexa” (*op.cit*, p. 25).

Com base na combinação destes aspectos, a modernidade é dívida, segundo Ascher (2010) em três fases: a primeira abrange o entendimento de práticas e representações que permeiam o fim da Idade Média até o início da Revolução Industrial. Dentre estas destacam-se a emancipação política do Estado, o desenvolvimento e incorporação nas práticas sociais e urbanas dos desdobramentos da ciência e, como consequência destes dois primeiros citados, a morfologia das cidades passa a ser direcionada para o indivíduo, o “eu” e não o “grupo”, resposta da dinâmica de “individualização” (*op.cit*, p. 24).

O intervalo de tempo compreendido por essa fase, e a dinâmica social subjacente, correspondem às duas primeiras fases estabelecidas por Bernam (1987). Além disso, também coincide com a retomada da grande importância das cidades, momento de um significativo crescimento demográfico, que tem como origem a industrialização. As tipologias arquitetônicas e urbanas sofrem grandes modificações pela ciência e a incorporação de novos usos à funcionalidade urbana, dentre os quais se destacam os edifícios administrativos, consequências diretas das mudanças políticas com o fortalecimento do Estado-nação. Os movimentos de individualização e racionalização, citados pelo autor, também têm uma resposta estética. Como foi o caso do barroco, mudança estrutural da religião católica em função da Reforma Protestante, que a fez repensar as soluções espaciais e plásticas de seus edifícios, formando uma nova composição estética que repercutiu, também, na morfologia das cidades.

No campo das relações sociais, ainda quanto às dinâmicas “socioantropológicas” citadas, é importante adicionarmos nessa primeira fase os impactos resultantes do surgimento do dinheiro, que é uma convenção social que ajuda a mensurar o valor dos objetos/mercadorias, traduzindo-os em preços. Que significou, também, a aquisição de bens não apenas pela necessidade, mas porque determinados objetos passaram a representar signos que atuam na hierarquia social. Ou seja, a posse de determinados bens é uma condição na estratificação da sociedade, significando a consagração da influência da lógica capitalista nas atividades de produção, a qual o espaço está inserido. Assim, uma nova lógica ou força passou a coordenar os processos de urbanização.

Dando continuidade, a segunda fase da modernidade, de acordo com Ascher (2010, p.27), começa com a Revolução Industrial e segue até o século XX. Nesse momento a cidade, que passa por uma segunda revolução (a primeira foi a agrícola) e tem um “(...) extraordinário crescimento demográfico” que “desencadeia um crescimento espacial acelerado, mas gerando também um empobrecimento considerável de parte da população”. Outro fator preponderante na mudança das práticas sociais dessa fase é a influência do regime de acumulação capitalista, que pelas possibilidades do capital industrial, desencadeia um novo ritmo e novas formas de produção e apropriação do espaço, formando um regime urbano ditado pelo Taylorismo. Sobre esse regime, Ascher (2010, p. 28) destaca a atuação do urbanismo moderno, que tem diretrizes que buscam adequar as cidades “às exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis”.

Essa fase nos interessa significativamente, pois é quando surge uma das acepções que caracteriza a polissemia do moderno, sendo a noção que designa a produção arquitetônica e urbanística de um período, que foi orientada pelas mesmas diretrizes racionalistas, o Movimento Moderno. As práticas que fazem parte desse conjunto traduzem a busca pela modernidade do *modus vivendi* da população, pela sugestão de um novo modelo de espacialidade arquitetônica, com uma planta livre. Também se reproduzem na plástica e geometria dos edifícios, com soluções que expressam a verdade da estrutura, admitindo as janelas em fita, fachadas limpas e os tetos jardim, pontos da arquitetura moderna defendidos por Le Corbusier. No campo do urbanismo, além dos princípios da racionalidade, outras correntes ou linguagem são defendidas, como o modelo de cidade jardim de Ebenezer Howard, a Broadacre City ou o urbanismo naturalista de Frank Lloyd Wright e as Unidades de Vizinhança de Clarence Arthur Perry. No caso do Brasil a incorporação desses modelos deixa mais evidente a estratificação da sociedade, exaltando a continuidade de uma elite burguesa favorecida pelo regime colonial - mesmo com a Lei de Terras (1850) esse grupo mantém a herança

fundiária - e a ascensão dos grupos sociais formados por comerciantes e industriais. Essa estruturação urbana combina “(...) uma divisão econômica e social do espaço, a DESE” (LIPIETZ, 1979, p. 8). Processo que pode ser exemplificado pela expansão da periferia urbana com os bairros de luxo surgidos em São Paulo na década de 1920, a exemplo do Jardim América e do Jardim Europa (JANJULIO, 2009), e o bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte, no fim da década de 1940.

A referência de superação é, então, admitida para a definição de moderno, que passa a significar a adoção de novas concepções e tecnologias, favorecidas, como exemplificado, pela exploração do regime capitalista. As práticas sociais começam a ser renovadas nessa busca, incorporando os novos adventos, como a energia elétrica, o automóvel e as tecnologias de comunicação. As únicas práticas e representações que se cristalizam desse momento são aquelas que se configuram como atributos do Movimento Moderno, ou seja, as características e soluções do moderno enquanto estilo arquitetônico e urbano. Quanto às citadas novas tecnologias, um diferencial desta fase, destacamos a eletricidade, que “(...) desempenhou um papel decisivo na libertação das potencialidades de expansão das cidades: verticalmente com os elevadores e horizontalmente com o carro eléctrico, o telégrafo e o telefone e mais tarde com o motor de explosão” (*op. cit.*, p.28). Tais criações também impactaram na hierarquia social, pois sua posse ou a incorporação na arquitetura possibilitaram a representação de superioridade de grupos, uma relação direta à pirâmide social que se espacializou.

(...) com os elevadores, os pobres desceram para os pisos inferiores, enquanto os ricos ocupavam os andares mais soalheiros; depois, com o desenvolvimento dos transportes colectivos e dos eléctricos, formam-se bairros residenciais para as camadas sociais mais favorecidas e subúrbios industriais para as fábricas e os operários (*op.cit.*, p. 28).

Estes fatos urbanos foram antes citados, em termos sociais, por Berman (1987), e tratam da fragmentação da modernidade, conceito por vezes citado, que soma possibilidades às relações sociais ao admitir inovações tecnológicas e científicas, impulsionando a complexidade das sociedades. Também por isso, falamos da necessidade de contextualizar as variações da modernidade ao nos referimos à contextos específicos, ou aos processos de urbanização de uma dada cidade ou porção urbana, como o caso do bairro da Prata em Campina Grande, Paraíba, pois a combinação de todos os fatores ditos concede variações específicas e que não necessariamente ocorrem ao mesmo tempo - o que seria o caso da abordagem dialética, que permite o reconhecimento de aspectos específicos e universalizados, ao abordar as distintas escalas que definem a totalidade a qual se insere o objeto de estudo.

É justamente a reflexão sobre esses processos de modernização, que se aceleram nessa segunda fase, que marcam a transição para a terceira fase, segundo Ascher (2010), a “modernidade reflexiva”, iniciada nos anos 2000. A mediação se dá quanto à transitoriedade, ou seja, quanto à característica de mudança constante como forma de progresso que se torna sistêmica, levando à rápida obsolescência soluções urbanas, arquitetônicas, trabalhos artísticos, modos de produção, entre outras práticas. A reflexão passa a ser sobre a mudança, que pode significar destruição, mas também, um referencial de análise para as soluções urbanísticas (ASCHER, 2010). O que é, também, um reflexo direto do atual regime de acumulação, onde as crises se tornam, cada vez mais frequentes, e a cidade é o principal ativo para absorção. Nesse processo, os agentes admitem novas posturas, como o caso da promoção imobiliária que segue a renovação urbana como modelo de produção. O que é moderno é efêmero, é “líquido”, como afirma Bauman (2001) numa associação à característica física dos líquidos que se adequam facilmente a qualquer forma.

Imagem 2. Representação das fases da Modernidade segundo a abordagem de Ascher (2010).



Fonte: autora, 2021.

O estabelecimento das fases, conforme apresentado nas Figuras 1 e 2, traduz o processo geral de formação e mutação da noção de moderno no tempo, mas é importante alertar a presença de variações desta dentro das fases, pois a combinação das dinâmicas socioantropológicas citadas resultou (e resulta) em hábitos e costumes extremos, como as rupturas que marcam a mudança das fases, mas também em práticas e representações das relações do meio ou de transição. Além disso, essa combinação se contextualiza de forma diferente em cada campo disciplinar, um exemplo disso seriam as vanguardas, que no século XIX dividiram com o Modernismo as produções artísticas, como pintura, escultura e literatura. No caso de uma cidade ou de uma porção urbana, para esse entendimento, ou como o moderno se caracteriza na escala das relações urbanas - ou seja, morfologicamente inclui objetos e práticas de proporção arquitetônica e urbana -, é necessário analisar as suas conexões, na busca por situar as mediações entre as dimensões social, cultural, política e econômica, que conformam as já referenciadas dinâmicas socioantropológicas. E que, consequentemente, geram aceções diferentes para o moderno.

Outro aspecto para o caso urbano, é a existência de relações dialéticas mediante as articulações virtuais com a tecnologia e o atual regime de acumulação capitalista. O que remete à definição do atual estágio dos processos de urbanização, que levam as cidades a se caracterizar e configurar como metrópoles, definidas por manchas urbanas que congregam diferentes municípios e distritos. Implícito a esse contexto, ocorre a competitividade urbana que, possibilitado pelo modelo de governança fortemente influenciado pelas demandas mercadológicas, muda o ritmo da produção do espaço. Também ocasionando determinados comportamentos dos agentes produtores que tendem a renovar espacialidades num curto intervalo de tempo, associando a representação de obsolescência para validar as condutas. Em aditivo, no campo da arquitetura e do urbanismo, com brevemente citado, o Movimento Moderno tem variações, tanto no tempo quanto em função dos contextos sociais em que é empregado, gerando linguagens ou modelos diferentes. O que atesta o surgimento de propostas questionadoras e diferenciadas (de ruptura com o que foi feito no passado) em diversos campos como a sociologia, filosofia e política, e acaba suscitando questões que são absorvidas na arquitetura.

Se o "eterno e imutável" não podia mais ser automaticamente pressuposto, o artista moderno tinha o papel criativo a desempenhar na definição da essência da humanidade. Se a "destruição criativa" era uma condição essencial da modernidade, talvez coubesse ao artista como indivíduo uma função heroica (mesmo que as consequências pudessem ser trágicas) (HARVEY, 2016, p. 27).

Uma análise das fases da modernidade caracterizadas pelos autores também nos indica como interseção ou importância a dinâmica das relações sociais, que se tornam mais complexas no tempo, apontando a presença de um discurso hegemônico e de práticas sociais dominantes. Ou seja, a atuação de indivíduos ou grupos representativos, como o caso dos produtores do espaço e do Estado, conduzindo os modos de produção e apropriação da cidade, que vão variando conforme a incorporação de elementos e práticas mais recentes, ou mais modernas. Nesse pensamento cada processo de urbanização teria um discurso, construído por práticas que caracterizam a modernidade no contexto em questão. Seria, então, o caso de analisar nos sucessivos processos de urbanização de um dado contexto os discursos que se destacam, já que, como dito, norteiam as práticas que geram espacialidades. O que é passível de realização pois, como dito, um processo de urbanização gera uma determinada dinâmica social que é traduzida nas dimensões física e ativa de uma porção urbana - ou pelas realizações morfo tipológicas e os modos de uso e ocupação do solo, além do percentual demográfico.

O bairro da Prata: as conotações de moderno na produção do espaço urbano

A cidade de Campina Grande, Paraíba, teve seu surgimento associado ao processo de colonização do interior da Capitania da Paraíba, desempenhando importância comercial pela sua localização geográfica. Foi, contudo, em função da atividade agrícola que subsidiou seu desenvolvimento, destacando-se a produção do algodão que chegou, inclusive, a atrair uma indústria de beneficiamento em 1935. Como herança, desenvolveu atividades comerciais e de serviço que lhe rendem a classificação de Capital Regional C (IBGE, 2018), cujas articulações metropolitanas se intensificam com o movimento pendular para as atividades de educação e serviços médicos. Conformando uma malha urbana que, mesmo com o surgimento de sub-centralidades³, não diminuiu a importância estratégica da porção central.

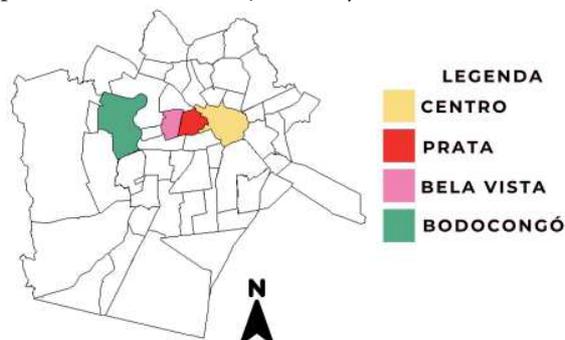
O bairro da Prata está localizado na porção oeste do município, e seu surgimento data da década de 1950, através de um loteamento privado que preencheu parte de uma lacuna urbana oriunda da expansão da cidade no entorno do Açude de Bodocongó. Localizado em uma porção de topografia elevada, aproveitou esta característica como amenidade para construir a representação social da área que embasou o perfil de sua ocupação.

É curioso notarmos que a literatura que narra a evolução urbana local no intervalo de 1910 a 1950, pouco o cita, porém, faz várias menções aos bairros da Bela Vista e São José, porções que margeiam a Prata. Esse contexto temporal releva o momento em que a paisagem urbana central passou por grandes transformações, que incluem a remodelação das vias principais, como as ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira, e a expansão da malha urbana, impulsionando a primeira transformação do perfil social dessa área. Tal fato nos importa por tratar de eventos-chave para entendermos as primeiras práticas sociais que se manifestaram no bairro da Prata, já que seu surgimento coincide com a incorporação dos ideais

³ Para tal afirmação consideramos existir no bairro Estação Velha uma centralidade jurídica, justo pela aglomeração dos edifícios públicos de função jurídica e, ainda, destinados à infraestrutura subsequente desta atividade. Também, pela existência do Distrito Industrial, localizado na porção sudoeste, surgido na década de 1990, e o pólo médico do bairro da Prata, tratado neste artigo.

modernizantes na planificação urbana local, o que motivou as intervenções citadas e justifica a atenção da historiografia urbana para a porção central. A aparição da primeira conotação do termo moderno em âmbito local trata, então, das práticas desenvolvidas no início do século XX sob os moldes do planejamento urbano nacional.

Imagem 3. Mapa da Cidade de Campina Grande - Localização do objeto de estudo e áreas do entorno.



Fonte: autora, 2021.

Essa fase da evolução urbana local foi fortemente influenciada pelo que ocorria nas importantes capitais nacionais, como a intervenção de Pereira Passos no Rio de Janeiro que, por sua vez, se baseava nas ações europeias, como a reforma de Paris por Haussmann. Nesse cenário, também acrescentamos os eventos que traduzem a sistêmica dissipação dos resultados da Revolução Industrial na escala local, que ocorrem com um significativo lapso temporal, mas, ainda assim, configuram-se como realizações modernizadoras. Destas destacam-se a chegada da linha férrea à cidade pela Companhia *Great Western* em 1901; as obras para iluminação pública elétrica na década de 1920; e, na década de 1930, a construção da infraestrutura para abastecimento de água e tratamento de esgoto.

A dinâmica econômica do período era baseada na agricultura, destacando-se a produção de algodão, responsável por impulsionar o desenvolvimento citado. Esse dado é importante ao considerarmos as relações da política urbana nacional, que à época passa por transformação com a mudança do grupo político no comando, após a posse de Getúlio Vargas como presidente, e a ascensão das cidades na economia nacional, já que no período houve um grande incentivo à industrialização - até a década de 1930 o país se baseava quase exclusivamente nas atividades agrárias, e o campo ou a área rural concentrava a maior importância, também sendo o destino daqueles que buscavam por emprego e moradia. Consequentemente, este modelo de modernização local, provido pela econômica agrícola, reforçou o perfil desigual das políticas macroeconômicas, que focaram nas metrópoles e capitais litorâneas. Além disso, afirma representações duais, como a “oposição campo/cidade” relacionada a “tradicional/moderno”, presentes no discurso dos planejadores que reconhecem “(...) o dinamismo econômico das metrópoles litorâneas e, ao mesmo tempo, valoriza o isolamento do interior e sua maior capacidade de preservar o caráter nacional” (RIBEIRO, 2018, p. 34). Esse contexto se insere na fase do planejamento urbano nacional definida pelos “Planos de Embelezamento” (VILLAÇA, 1999), marcada por grandes intervenções urbanas que condenaram e alteraram os remanescentes morfológicos do período colonial sob a justificativa de embelezar, melhorar e modernizar as estruturas urbanas.

Relacionando estas práticas à periodicidade da modernidade apresentada no item anterior, percebemos que as condutas adotadas nesse período traduzem o momento de transição, característico da segunda fase da modernidade apontada por Berman (1987). O contexto social passa por modificações, rompendo tradições e adotando novos costumes possibilitados pelas tecnologias provenientes da Revolução Industrial. Essa transição, além de apresentar características universalizantes, como a atuação do capital industrial que consolidou a cidade, também apresenta mediações provenientes do *modus vivendi* local. Isto porque Campina Grande era uma importante produtora de insumos para a indústria têxtil, inclusive destinando boa parte da sua produção para a exportação. E, a estrutura social que possibilita essa transição do regime de acumulação, se funda numa burguesia consolidada e estruturada no período colonial. Que mantém sua importância na política quando da transição do regime colonial para a República, através da eleição de figuras representativas desse grupo abastado para a administração pública. O que, também, possibilitou a continuidade de práticas sociais de produção e exploração comercial que se cristalizam, consolidando uma hegemonia que pouco se altera com a Era Vargas. Fase característica nacionalmente por acender um grupo social fortalecido pelos lucros do comércio e serviço, que rivalizava com a burguesia agrária, enriquecida e herdeira dos latifúndios possibilitados pela Lei da Terra (1850).

Diante desse contexto, o discurso modernizador, adotado em Campina Grande, buscou afirmar o seu progresso através da inserção no circuito de valorização econômica nacional e nas articulações do capital industrial, conceituando a primeira conotação de moderno identificada localmente. Sendo essa expressa em intervenções no espaço público, que apagam parte dos símbolos da elite colonial e adequaram o traçado ao carro, marca da modernidade, impulsionando, como consequência, a consolidação de uma área nobre com características formais que se espelhavam na expansão das franjas urbanas de metrópoles nacionais - processo característico das ações que redefiniram a relação do centro - periferia, que passa a ser valorizada pelos loteamentos destinados a grupos abastados.

Nesse sentido, o entendimento de modernização da época foi aplicado nas diretrizes de produção do espaço executadas, entre as décadas de 1930 e 1940, através do Plano de Remodelação, Expansão e Embelezamento, conhecido como 'Bota-Abaixo'. Entre as ações desse plano, uma intervenção que resultou na modificação da paisagem urbana central e na introdução de uma nova corrente arquitetônica, o art déco. Vale salientar também, que à época, como reflexo da influência de capitais como São Paulo - que expandiram suas áreas periféricas com a construção de bairros para a classe média e alta-, começam a ser executadas na cidade residências inspiradas no neocolonial. Localmente conhecidas como bangalôs, essa tipologia marca a expansão da área do centro (passando a ocupar o entorno do Açude Velho) e a conformação, na sequência, dos bairros São José e Prata. Além disso, impulsionam a mudança da dinâmica social do núcleo primitivo, que deixa de ser endereço da elite local, passando a ser residência da classe média e principal área comercial.

Imagem 4. Exemplo de edificação residencial associada ao modelo bangalô, localizada em lote de esquina entre as ruas Siqueira Campos e Rodrigues Alves, 704, bairro da Prata. O lote está área de transição entre o centro e o bairro da Prata, sinalizando a primeira área de ocupação da referida porção, em um dos eixos de expansão.

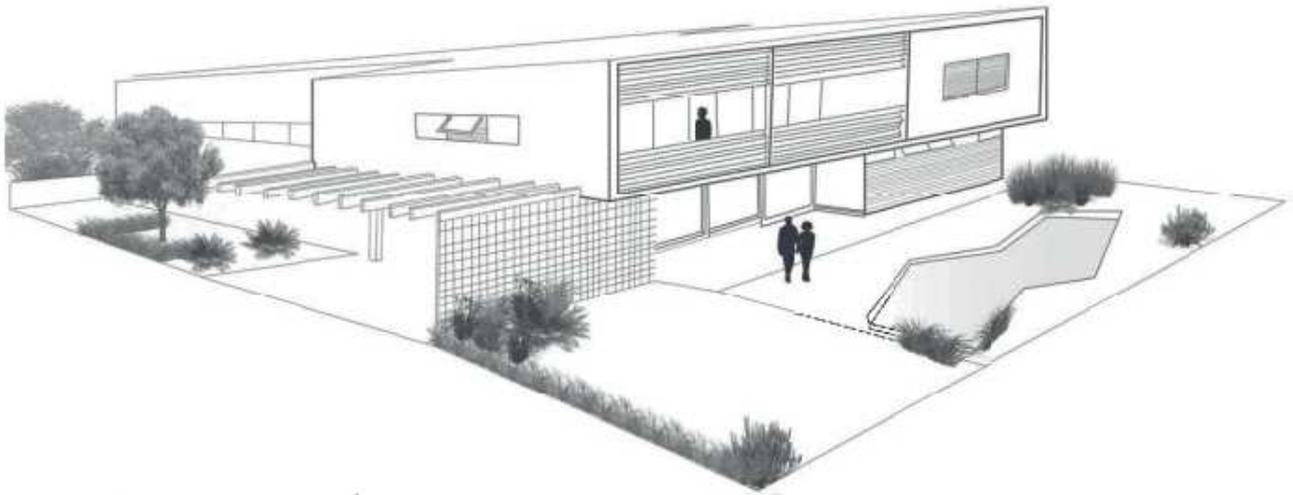


Fonte: Google Street View, 2022.

Em resumo, entendemos que a primeira conotação de moderno na esfera local refere-se à práticas que buscam construir ou afirmar a representação de progresso da cidade, como uma tentativa de questionar o discurso das políticas macroeconômicas nacionais. Sendo, então, traduzidas pela adoção de novas correntes arquitetônicas, que passam a compor a paisagem urbana, e pela introdução de novas tecnologias no serviço urbano, como também pela demolição do passado colonial. Um discurso que coincide com o período de apogeu da economia algodoeira.

A segunda conotação começa a ser identificada nas práticas implementadas na década de 1950 que, num primeiro momento, preservam algumas ações relacionadas à primeira noção do termo moderno, visto que estas foram incorporadas aos costumes locais. Nessa fase ou nesta segunda conotação, a tônica deixa de ser a construção de uma representação na malha urbana, e passa a ser a tradução de aspectos modernos no *modus vivendi* local, o que se deu pela introdução de novas linguagens arquitetônicas na geometria, plástica e espaço arquitetônico dos edifícios residenciais e foi possibilitado pelo crescimento demográfico e o estabelecimento de profissionais da medicina, arquitetura e engenharia provenientes de outras cidades, como o Recife. Essa afirmação decorre da existência de diversos exemplares modernistas, oriundos da expansão da malha urbana no sentido oeste, isto é, da construção de edifícios com os princípios do movimento moderno.

Imagem 5. Residência Sebastião Pedrosa, localizada na R. José de Alencar, 405, Prata. Edifício modernista projetado pelos arquitetos Tertuliano Dionísio, José Luiz Menezes e Edy Marreta e construída em 1961. O exemplar pode indicar as citadas mudanças plásticas e geométricas incidentes nos edifícios modernos construído no bairro da Prata.



Fonte: Fernandes, 2018.

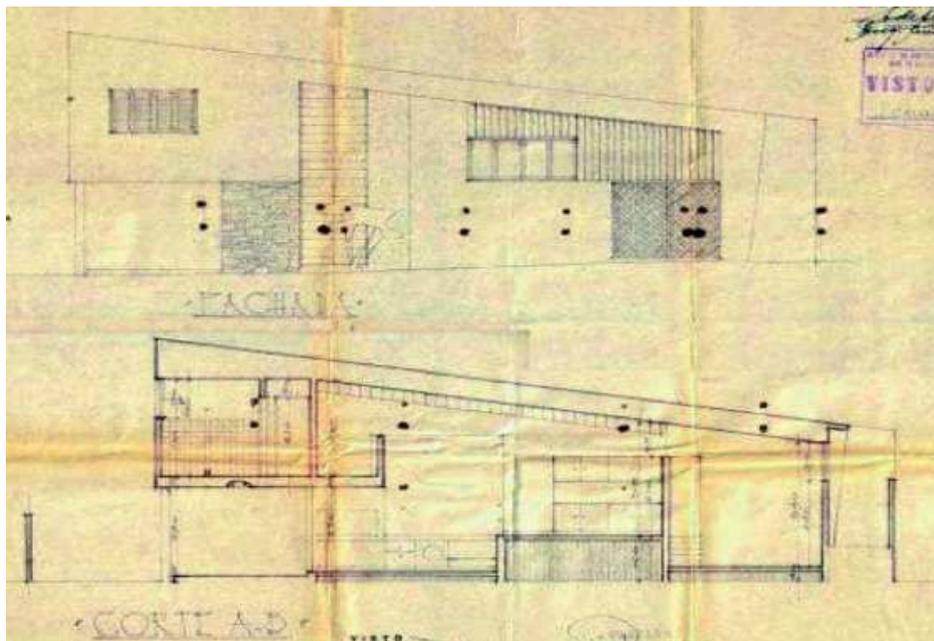
É importante contextualizar que o surgimento do modernismo arquitetônico na esfera local também pode ser associado ao aperfeiçoamento das técnicas construtivas, como o emprego do concreto armado e de tecnologias como o elevador, que proporcionam a verticalização da arquitetura, a partir da década de 1950. A construção do Edifício Rique (1950) e dos edifícios Palomo (1962) e Lucas (1963), todos no centro da cidade, são exemplos desse processo e se inserem numa fase de prosperidade da economia local, após ter passado por um recesso devido à queda da produção e comércio do algodão. Foi, contudo, o bairro da Prata que mais recebeu edifícios modernos, sendo a maioria residências projetadas por arquitetos da Escola Pernambucana de Arquitetura Moderna solicitados por jovens médicos radicados na cidade. Assim, no objeto empírico em questão, essa produção arquitetônica denota o significado de modernização até a meados da década 1970 na cidade⁴.

Essa denotação significa, como dito, a atualização de práticas sociais locais, que se materializam em atributos formais importantes, marcando a transição do *art déco* (uma corrente da vanguarda) para o modernismo, além de inserirem a cidade na narrativa do Movimento Moderno nacional, já que importantes exemplares da Escola Pernambucana são remanescentes desse processo.

Percebemos, então, que a segunda fase da modernidade, estabelecida na filosofia marxista, coincide com a primeira conotação de moderno identificada nas práticas locais, relativas às ações de modernização da estrutura e da malha urbana e traduzidas em práticas morfológicas. Já a segunda conotação local, faz parte da terceira fase definida por Berman (1987), e ocorreu pela adoção do estilo arquitetônico Moderno, isto é, por uma nova tipologia arquitetônica possibilitada pela atualização do conjunto de técnicas e materiais construtivos empregados à nível local.

⁴ É importante ressaltar que, para além dos exemplares no bairro da Prata, foram construídos outros na porção central, tais como o Teatro Municipal e a (já demolida) Casa Avião, ambos localizados na avenida Floriano Peixoto. Nesse caso, a nossa associação a representação do estilo modernista ao bairro, deve-se pela quantidade expressiva de edificações do estilo erguidas na área.

Imagem 6. Residência Amaro Fiuza Chaves, localizada na Rua João Machado, Prata, e construída em 1955.



Fonte: OLIVEIRA, 2016.

A transitoriedade das práticas sociais, que concedem dinâmica ao fenômeno urbano, também são responsáveis, como dito, pelos consensos que estabelecem as noções de moderno no tempo. Outro aspecto dessas relações é a mudança dos valores associados às estruturas urbanas, que tem as noções de modernidade como referência para mensurar a sua importância e, conseqüentemente, sua continuidade. Neste caso, percebemos que o valor de troca dos bens é inversamente proporcional ao seu valor histórico, o que nos leva a crer que a modernidade superada é tratada como prejuízo. Ou seja, a associação da noção de moderno vigente no contexto temporal à estruturas urbanas, também significa a possibilidade de capitalização do espaço, sendo tratada como um capital fictício que aumenta o preço imobiliário e fundiário.

As práticas decorrentes desses consensos têm permitido a remodelação da paisagem do bairro da Prata com a substituição de residências unifamiliares por edifícios de múltiplos pavimentos de uso habitacional, serviço ou misto. Sendo justamente essa modificação que sinaliza uma terceira conotação de moderno na produção do espaço do citado bairro, apresentando como resultado uma triste ironia, já que a produção modernista é apontada como obsoleta e a lógica de produção do espaço passa a ser ditada pela maximização dos lucros financeiros.

Essa terceira conotação tem origem nas tensões contemporâneas, onde a manutenção da representação do bairro da Prata como área nobre da cidade tem grande atuação, já que significa um imperativo da ação do capitalismo no espaço. Somado a isso, a dialética da produção urbana fortaleceu o bairro como um pólo médico, processo que faz parte das articulações metropolitanas da cidade que possui importância regional - as conexões da mancha urbana da região metropolitana de Campina Grande, tendem à formação de sub centralidades que denotam o destaque de determinadas funções na apropriação do espaço, como é o caso dos serviços médicos no bairro da Prata. Essa dinâmica, que gera a terceira conotação de moderno, se inicia na década de 1990, período que coincide nacionalmente com a formação de uma classe rentista impulsionada pelas políticas públicas, e se intensifica a partir dos anos 2000, com a

crise de acumulação, fruto da financeirização, cujo estoque imobiliário torna-se essencial para absorção dos impactos.

Percebemos, então, que a mudança das práticas sociais é ditada nessa fase pelo regime de acumulação, que tente a uma renovação das estruturas urbanas ambientais para atender o novo ritmo do consumo e uma nova demanda em termos de mercadoria, anseios ditados pelas mediações econômicas. O surgimento dessa a qual associamos uma terceira conotação de moderno - visto representar uma alteração nas práticas que a definem -, já era anunciada por Berman (1987) na década de 1980, que acrescenta tratar-se de uma fase (a terceira da periodicidade que estabelece) de assimilação de mudanças sem o devido questionamento dos impactos. Esse contexto faz parte da última fase da modernidade definida por Ascher (2010), que também alerta sobre a velocidade da atualização das práticas sociais. “De facto, o reforço recíproco das características que constituem a modernidade dá a impressão de uma aceleração da modernização” (*op.cit.* p, 33). Pensamento também presente na abordagem de Harvey (2016) sobre o período, que relaciona os motivos dessa renovação constante das práticas ao capitalismo e sua necessidade de ser “tecnologicamente dinâmico”.

O efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalho passados. A *destruição criativa* está embutida na própria circulação do capital. A inovação exacerbada e a insegurança, tornam-se, no final, a principal força que leva o capitalismo a paroxismos de crise (*op.cit.*, p. 102, grifo do autor).

Sem prejuízos podemos, então, dizer que para além de significar a assimilação de novas tecnologias e materiais, o moderno no objeto empírico também passa a ser sinônimo de práticas que buscam reinserir as estruturas urbanas nos circuitos de valorização imobiliária. Processo que é validado por um discurso que atesta os remanescentes históricos como obsoletos, sendo esse também parte da dialética econômica a qual a produção do espaço está inserida, ou seja, uma conduta de “destruição criativa”. Em termos morfológicos, isso significou, num primeiro momento, a construção de tipologias arquitetônicas verticalizadas pelo preenchimento de lotes vazios, mas, com o tempo e a saturação da malha urbana, além do incentivo da capitalização do espaço, tem conduzido a demolição ou alteração de imóveis de valor cultural. Essa postura tem respaldado na legislação urbana municipal⁵, e dita a tônica da atual conotação de modernidade na porção.

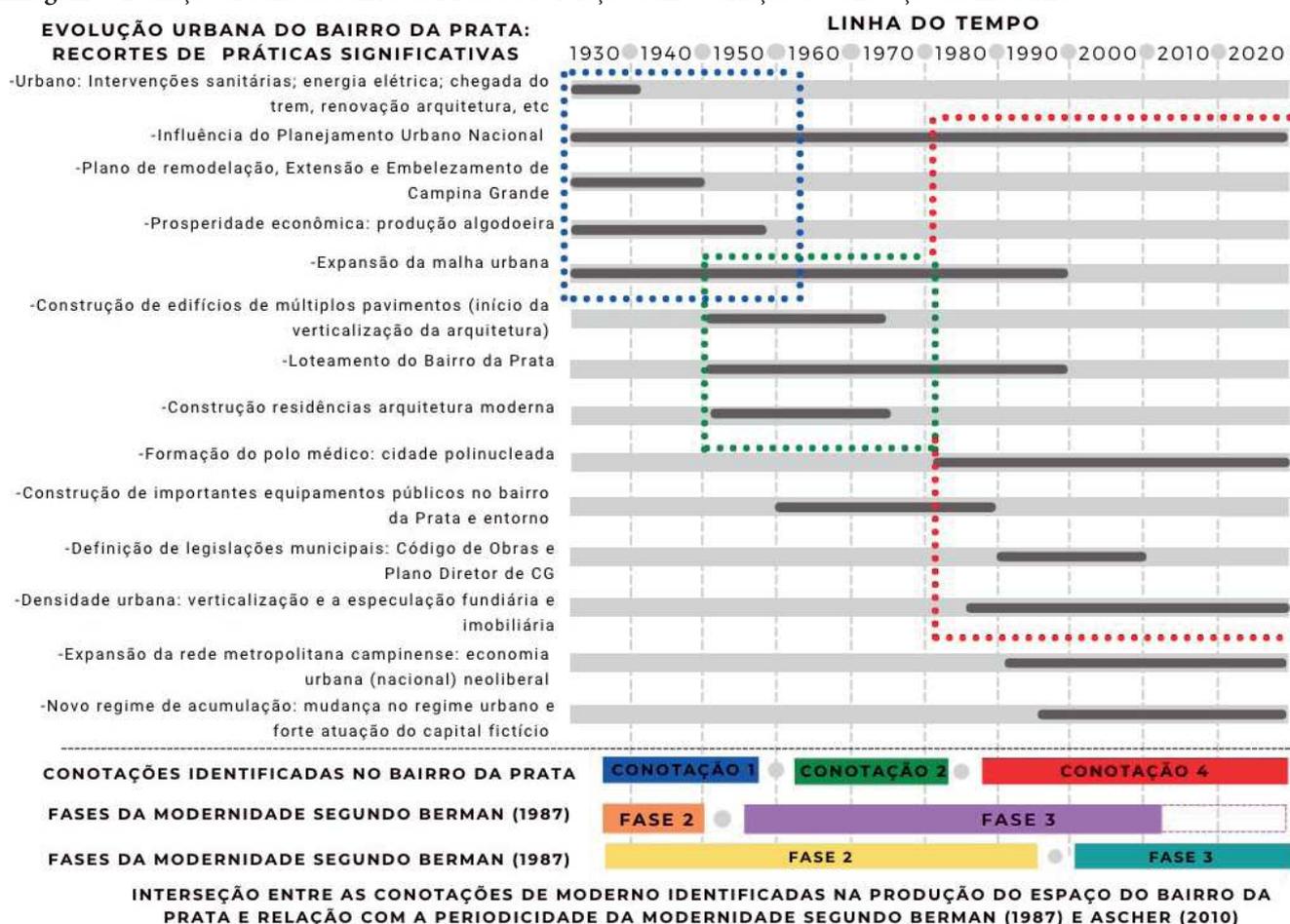
Em termos de planificação urbana o contexto atesta um fenômeno observado por Del Rio e Siembieda (2013, p. 16) de que no desenho urbano nacional “(...) os modelos do modernismo e pós-modernismo coexistem”. Isso quer dizer que o modelo de cidade racional, surgido no século XX, se mantém no século XXI, o que concordamos, já que as políticas públicas setoriais, especialmente a municipal, pouco se atualizaram ou registram um pequeno grau de transformação. Relacionando essas afirmações com a periodicidade apresentada no item anterior, temos que o pós-moderno coincide com a continuidade da terceira fase da modernidade apontada por Berman (1987). Para Ascher (2010, p. 32), seria a partir dos anos 2000, quando a “(...) modernidade saiu atordoada do século XX”.

5 O bairro da Prata tem uma pequena porção localizada na Zona de Ocupação Dirigida e as demais áreas na Zona de Recuperação Urbana, segundo o Plano Diretor de Campina Grande (2006). Na primeira zona citada, a taxa de ocupação é de 60% para residências e 70% para outros usos e o índice de aproveitamento é 1 para os dois casos. Já na segunda, a taxa de ocupação para residências é de 60% e o índice de aproveitamento de 5,5, para outros usos é, respectivamente, 75% e 4 (CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO, 2013).

Podemos então perceber, que no bairro da Prata a estruturação do espaço é relativa à relações capitalistas, inclusive orquestrando as posturas dos agentes produtores. Além disso, os valores e preços associados às estruturas urbanas têm como principal indicador a modernidade, aferida de acordo com o grau de atualização das realizações. O que gera um movimento de contínua transformação da paisagem urbana, já que essa percepção é influenciada pelo capitalismo, que lucra com a superação ou obsolescência das mercadorias (imóveis). Como consequência, os edifícios modernistas, que são remanescentes identitários do tecido urbano campinense, passam a figurar como ativos financeiros, essenciais à realização do lucro fundiário e imobiliário.

Para, então, expressar as conotações de moderno identificadas, bem como, destacar as práticas que marcam tal polissemia na estrutura social local, associando as fases determinadas pelos autores abordados no tópico anterior (figuras 1 e 2), construímos uma linha do tempo que lista graficamente os dados relevantes.

Imagem 7. Evolução urbana do bairro da Prata e sua relação com a variação da conotação de moderno.



Fonte: autora, 2021.

Ao focarmos nas mediações do nosso objeto empírico, reforçamos nossa afirmação inicial de que o moderno tem expressões múltiplas que são validados socialmente nos contextos para os quais é associado. Também, nos indicam a presença de características universais, ao passo que as transformações urbanas dialogam com tensões da geografia flexível, possibilitada pelo capital global. As conotações de moderno

são, então, condutas que se especializam através da construção, substituição e/ou demolição de estruturas urbanas. O que é moderno na primeira conotação, passa a ser obsoleto na segunda, e, logo, superado numa terceira conotação, já que não possibilita a maximização de lucros demandada pelas determinações do regime de acumulação vigente. O contexto apresenta uma ironia resultante da capitalização do espaço, pois enquanto corrente arquitetônica, o moderno sofre com as implicações da sua denotação como conduta de produção do espaço. Um triste pleonasmo que significa perdas ao patrimônio histórico local.

Considerações finais

Nesse sentido, para efeito de operacionalização, buscamos explorar a produção do espaço relativa ao bairro identificando as principais práticas desse processo e atentando que, como dito, algumas podem ser relativas a temporalidades diversas, além de relações e agentes que ultrapassam sua definição geográfica. Na sequência, analisamos a motivação ou as representações que conduziram e/ou influenciaram tais práticas, visando detectar aquelas que traduzem o moderno ou modernização. Como resultado encontramos diferentes conotações ou formas de expressão espacial do termo, comprovando sua polissemia e a dinâmica que representa. Outra consideração é que, por tratar-se de uma noção cujo referencial de estabelecimento deriva do contexto em que é formulado, o termo permite associarmos condutas e características morfotipológicas à sua variação.

No bairro da Prata, encontramos uma controvérsia nas aplicações do termo moderno, pois denotam práticas sociais orientadas por convenções de grupos sociais hegemônicos com clara tendência à representação do capital pelas estruturas arquitetônicas. As concepções variam no tempo em razão da significação social, o que nos leva a crer, também, que o tempo interfere negativamente no valor de troca. Ao consultarmos a economia política, encontramos que a modernização, fruto do atual regime de acumulação, tenciona para a rápida obsolescência das estruturas urbanas e sua substituição por edifício que propicie a maximização de lucros, como no caso da verticalização. Neste caso, os exemplares modernistas, são substituídos por edifícios de múltiplos pavimentos com programa híbrido. Daí a ironia do estilo arquitetônico moderno, que designa uma arquitetura tão recente que tem seu reconhecimento contestado e o fatídico fim para uma contemporânea modernização.

Esse cenário, infelizmente, não é exclusivo à esfera local, devido à dificuldade de reconhecimento da produção arquitetônica e urbanística moderna e à tônica da rápida modernização destrutiva, ou da “destruição criativa” como nomeia Harvey (2016).

Referências

ASCHER, F. **Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Ed. Romano, 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

BERMAN, M. **Tudo que é Sólido desmancha no Ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2.ed., 1987.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...**: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v; 2 Suplementos. In: Biblioteca Brasiliana. Guita e José Mindlin, 2022. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>, acessado em março de 2022.

DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. **O Contexto do Desenho Urbano no Brasil**. In: Desenho Urbano Contemporâneo do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2013.

FERNANDES, M. J. G. Prata que vale ouro: a casa moderna da década de 60. 2018. 227f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Monografia), Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/23780>

FERREIRA, A. B. de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Ed. Loyola, 26.ed., 2016.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades – Regic 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JANJULIO, M. S. Arquitetura Residencial Paulista nos Anos 1920: ressonância do arts and crafts? 2009. 394p. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos.

LEPETIT, B. **Uma Lógica do Raciocínio Histórico**. In: Por uma Nova História Urbana (Org. Salgueiro). São Paulo: Ed. da universidade de São Paulo, 2001.

LIPIETZ, A. **El Capital y su Espacio**. Madri: Ed. Siglo XXI, 1979.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: setembro de 2021.

OLIVEIRA, A. T de. A história da cidade e a casa: a arquitetura moderna em Campina Grande de 1950 a 1960. 2016. 24 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

PINTO, L. M. da S. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. In: Biblioteca Brasiliana. Guita e José Mindlin, 2022. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>, acessado em março de 2022.

RIBEIRO, L. C. Q. **A Metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, pp. 19 - 110.

SILVA, A. de M.; BLUTEAU, R. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2: 541 p. In: Biblioteca Brasiliana. Guita e José Mindlin, 2022. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/>, acessado em março de 2022.

VILAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

Submetido em: 10.12.2021

Aceito em: 21.04.2022